

O Traduções Abolicionistas apresenta a série

Feminismo da Abolição

Esta série especial consiste na tradução da seção *Abolition Feminism*, da obra *Revolutionary Feminisms*, editada por Brenna Bhandar e Rafeef Ziadah. A seção é composta por três entrevistas, divididas em três capítulos distintos, com Ruth Wilson Gilmore, Avery Gordon e Angela Davis. Para cada entrevista/capítulo, o Traduções Abolicionistas convidou diferentes organizações para realizar uma tradução coletiva. Para a tradução da entrevista com Avery F. Gordon, contamos com a parceria da [Bibliopreta](#), um projeto de criação, tradução e difusão de conhecimento negro multiplataforma. A tradução foi realizada por Agnes de Oliveira e Bruno Amorim, da Bibliopreta, e Amós Caldeira, do Traduções Abolicionistas.

Texto original:

BHANDAR, B.; ZIADAH, R. Interview with Avery F. Gordon. *In*: BHANDAR, B.; ZIADAH, R. (eds.). **Revolutionary feminisms: conversations on collective action and radical thought**. London/New York: Verso Books, 2020.

Tradução autorizada por Brenna Bhandar e Rafeef Ziadah e Avery F. Gordon.

Tradução: Agnes de Oliveira, Amós Caldeira e Bruno Amorim.

Data de publicação: 13 maio 2026.

Entrevista com Avery F. Gordon

Feminismo da abolição

Por Brenna Bhandar e Rafeef Ziadah

Avery F. Gordon

Avery F. Gordon é professora de sociologia na Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, e professora visitante da Faculdade de Direito de Birkbeck, Universidade de Londres. Seu trabalho é focado no pensamento e prática radicais e ela escreve sobre catividade, escravização, guerra e outras formas de expropriação e como eliminá-las.

Ela integra o comitê editorial da revista *Race&Class* e é coapresentadora do *No Alibis*, um programa de variedades semanal na rádio KCSB-FM Santa Bárbara. Ela é autora das obras *The Hawthorn Archive: Letters from Utopian Margins* (2017), *The Workhouse: The Breitenau Room* (com Ines Schaber, 2014), *Ghostly Matters: Haunting and the Sociological Imagination* (2008) and *Keeping Good Time: Reflections on Knowledge, Power and People* (2004). Além de colaborar rotineiramente com artistas, ela foi curadora do *Hawthorn Archive*.

BB/RZ: *Você pode nos falar sobre o contexto de sua formação política, bem como sobre as influências intelectuais específicas que informara sua prática teórica e ativista?*

AFG: Devido a difícil e infeliz situação na minha vida familiar, eu fugi de casa e me encontrei nos livros, que forneceram mundos alternativos e melhores, e também a ideia de ser escritora. Eu era uma fugitiva (e evasora escolar) experiente já aos treze anos e aos quatorze, com toda a precocidade irritante que vocês podem imaginar, eu decidi que me tornaria uma filósofa existencial, escreveria poesia e contos e “mudaria o mundo”, coisas que na altura pareciam ocupações razoáveis para uma jovem mulher com raiva, inteligente e miserável, e que foram

encorajadas por professores e bibliotecários bem intencionados (“Leia *O Estrangeiro*, de Camus, eu fui aconselhada várias vezes!). Felizmente, a *United Farm Workers* – UFW¹ lançou o boicote às uvas em 1967 e por volta de 1970 eles estavam organizando estudantes de ensino médio na Flórida, onde eu vivia. Foi a partir daí que eu recebi minha primeira educação real em campanhas políticas e organização de base. Nós ficamos na frente de supermercados tentando persuadir nossas mães e outras mulheres a não comprar uvas que não fossem do sindicato e a não comprar alface iceberg. Houve também uma onda de atividade em 1972 quando o UFW fez um intenso lobby com o Partido Democrata na convenção de 1972 em Miami.

Eu cresci em uma Flórida que era um característico estado Confederado do Sul. Minha família materna é da zona rural da Geórgia, uma pequena vila não muito longe de Macon, muitos dos quais se mudaram para Savannah, e minha mãe foi criada na costa da Carolina do Sul. Eu passei um bom tempo na Geórgia e na Carolina do Sul quando criança e cresci em uma família e ambiente social forte e abertamente racista, em um contexto de uma poderosa agitação e mobilização nacional antirracista. Minha primeira formação política foi, portanto, fortemente influenciada tanto pelo movimento por direitos civis quanto pelo movimento *Black Power* que se formavam na Flórida, e pela minha experiência com os sindicalistas da UFW, a quem sou grata até hoje por ter elevado profundamente minha consciência e por ter me ensinado a sempre perguntar quem reuniu, cultivou e construiu, e sob que condições, todas as coisas que precisamos e utilizamos.

Minhas primeiras influências intelectuais foram quaisquer romances que eu conseguia pegar em sebos e história americana na escola, até eu ir para universidade, onde eu comecei a estudar teoria política e marxismo. Por razões complicadas que têm a ver com como alguém que não é destinada ao ensino superior consegue lugar em uma universidade particular muito boa (no meu caso, com a ajuda de jesuítas,

¹ Nota da tradução (NT): Em tradução livre, União dos Trabalhadores Rurais.

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

que, face a minha proficiência em espanhol, responderam a questão da minha ambição de vida com “viva em outro país!”), eu fui parar na Faculdade de Diplomacia da Universidade de Georgetown. Eu não era ideal para essa faculdade, que preparava as elites para o serviço diplomático, mas, em complemento a mais de quatro anos de economia ensinada de acordo com o método decoreba e sobrevivendo o curso obrigatório sobre “o problema de Deus”, eu fui capaz de estudar rigorosamente teoria marxista, a revolução russa e a história do comunismo. Mais importante, eu encontrei o distinto historiador e filósofo palestino Hisham Sharabi, que tornou possível a sobrevivência em Georgetown, e que teve profunda influência sobre mim. Para mim, ele não trouxe à vida o mundo dos corpos diplomáticos, mas um vibrante mundo de anticapitalismo e anticolonialismo radical, em que a vida intelectual e cultural eram centrais, não periféricas. Essa foi uma lição cultural confirmada posteriormente por Raymond Williams, E. P. Thompson e Stuart Hall, cujos escritos eu encontrei pela primeira vez durante o mesmo período, quando estudei história em Warwick (1977-78), e que foram influências importantes para mim. É bom lembrar também que esse era um momento marcante para estar na Inglaterra: mobilização generalizada contra o *National Front*², a emergência do Rock contra o Racismo, os momentos que antecederam o chamado *Winter of Discontent*³ e a ascensão da Thatcher. Aquela primeira vez na Inglaterra foi formadora não apenas pela experiência de vender jornais para o *Socialist Workers Party*⁴ ao amanhecer nos portões da fábrica de carros Coventry, mas porque havia uma cultura de esquerda naquela época; e apesar de ser uma cultura bastante sectária, também foi uma revelação para mim.

² (NT): O *National Front* foi um partido fascista britânico que alcançou sua maior popularidade nas décadas de 1970 e 1980.

³ NT: Em tradução livre, Inverno do Descontentamento. O inverno de 1978-79 no Reino Unido ficou marcado por greves gerais que se iniciaram no setor privado e depois foram aderidas pelo setor público. As greves reivindicavam, principalmente, aumentos salariais.

⁴ NT: Em tradução livre, Partido Socialista dos Trabalhadores.

Eu fui ajudada na vida por algumas pessoas que tomaram um interesse em mim e que não apenas me ajudaram com questões práticas, mas também reorientaram minha forma de pensar. Professor Sharabi foi uma dessas pessoas; Phyllis Palmer foi outra, e foi ela que me conseguiu um trabalho melhor do que ser secretária, quando eu terminei a universidade, e me introduziu a um marxismo feminista antirracista que eu nunca tinha encontrado antes. Essas foram as bases intelectuais que levei comigo para a graduação em 1980, onde ainda as estudava, mas que também revisava e redirecionava com mais estudos e em conversa com outros. África do Sul, Palestina, América Central e do Sul, Irlanda do Norte, os Estados Unidos – estes eram os pontos na cena geopolítica da época que organizaram meu pensamento e engajamento políticos.

BB/RZ: *O seu livro de 2008, *Ghostly Matters: Haunting and the Sociological Imagination*⁵, é um livro incrivelmente rico e complexo. Você poderia expor alguns dos conceitos que utiliza nele, especialmente sobre o enquadramento dos “fantasmas sociais”, que fornecem o quadro para nossas formas de pensar e agir?*

AFG: O problema ambicioso que me preocupou em *Ghostly Matters* – e ainda me preocupa bastante – foi como entender e escrever claramente sobre alguns dos modos com que formas modernas de expropriação, exploração e repressão impactam concretamente as vidas das pessoas que são mais afetadas por elas e impactam nossas condições compartilhadas de vida. Para mim, isso significou tentar entender os termos do capitalismo racial e o papel determinante da violência estatal monopolizada e militarizada. Os dois principais estudos de caso no livro são sobre a escravidão transatlântica do ponto de vista da Reconstrução

⁵ NT: Em tradução livre, *Questões fantasmagóricas: assombração e a imaginação sociológica*. GORDON, Avery. **Ghostly matters: haunting and the sociological imagination**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

nos Estados Unidos e a repressão política e terror estatal no Cone Sul da América Latina na década de 1970.

Assombração foi a linguagem e a modalidade experimental pelas quais tentei alcançar um entendimento do encontro da força e significado organizados, pois a assombração é uma das formas pelas quais sistemas de poder abusivos tornam-se conhecidos e fazem sentir seu impacto na vida cotidiana, especialmente quando eles estão supostamente acabados (como o caso da escravidão transatlântica) ou quando sua natureza opressiva é continuamente negada (como o caso do trabalho livre ou segurança nacional). Assombração não é o mesmo que ser explorado, traumatizado ou oprimido, apesar de que geralmente envolve essas experiências ou é produzida por elas. O que é distinto sobre a assombração, da forma como utilizo o termo (e essa não é a única forma de utilizá-lo, obviamente), é que ela é um estado animado em que uma violência social reprimida ou não resolvida se faz conhecer, às vezes de forma bastante direta, às vezes dissimuladamente. Eu utilizei o termo “assombração” para descrever essas instâncias singulares, mas repetitivas, em que o lar se torna não familiar, quando seus caminhos no mundo perdem a direção, quando o acabado ganha vida, quando o que estava em seu ponto cego entra em seu campo de visão.

A assombração cria espectros e altera a experiência do ser no tempo linear, altera a forma que normalmente separamos e sequenciamos o passado, o presente e o futuro. Esses espectros, ou fantasmas, aparecem quando os problemas que eles representam e dos quais são sintomas não estão sendo contidos, reprimidos ou bloqueados da vista. No meu entender, o fantasma não é o invisível ou o desconhecido ou o que constitutivamente não se pode conhecer, no sentido de Derrida. Para mim, a completa essência, se puder utilizar essa palavra, de um fantasma é que ele tem uma presença real e exige o que lhe é devido, exige sua atenção. A assombração e a aparição de espectros ou fantasmas é uma forma, eu tentei sugerir, pela qual somos notificados de que o que foi suprimido ou escondido está muito vivo e presente, atrapalhando ou interferindo precisamente com aquelas

formas sempre incompletas de contenção e repressão incessantemente direcionadas a nós.

A assombração sempre registra o dano infligido, ou a perda sustentada, por uma violência social praticada no passado ou sendo praticada no presente, e por essa razão ela é assustadora. Mas a assombração, diferente do trauma, por contraste, é distinta por produzir um tipo de algo a ser feito. De fato, parece-me que a assombração foi precisamente o domínio da turbulência e do problema, aquele momento de duração indeterminada quando as coisas não estão nos seus lugares assinalados, quando as rachaduras e seu interior estão expostos, quando as pessoas que eram para ser invisíveis aparecem sem dar sinal de que vão embora, quando sentimentos conturbados não vão embora, quando viver facilmente se torna impossível, quando o presente que naturalmente se torna “o futuro” é travado. A assombração se refere a esse estado psicológico sócio-político quando parece que algo a mais, ou algo diferente, tem que ser feito e sugere um *algo a ser feito*.

É em grande medida em nome e no interesse do *algo a ser feito*, que pode ser político no sentido formal, mas não é apenas ali que o principal valor do conceito reside. Perceber o *algo a ser feito* como uma característica da assombração foi, de certo modo, limitar seu escopo. Para muitas pessoas, a assombração significa o contrário – luto aberrante, paralisia traumática ou repetição dissociativa. Para melhor ou pior, a ênfase no *algo a ser feito* foi uma forma de focar nas exigências culturais ou nas dimensões do movimento e mudança individuais, sociais e políticos. E uma dessas exigências foi a de que o próprio fantasma seja tratado com respeito – seus desejos discutidos, e não ignorados, abandonados ou descartados novamente no ato de lidar com a assombração. Mesmo que não seja permitido ao fantasma tomar o controle de tudo, uma exigência complicada que se relaciona especialmente com as pessoas vivas que assombram como se estivessem mortas. Novamente, para mim, a assombração não é sobre invisibilidade ou o que não se pode conhecer, *per se*; ela nos aponta para o que vive e respira no lugar escondido da vista: pessoas, lugares,

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

histórias, conhecimento, memórias, modos de vida, ideias. Vamos retornar a essa questão do ponto cego em um instante.

Essa abordagem específica para nossa definição de assombração – novamente, limitada em muitas formas importantes – tinha em seu núcleo uma disputa do futuro, sobre o que viria depois. Isso é dizer, na medida em que o *algo a ser feito* é uma característica da assombração, pode-se dizer que a futuridade está interliga ou entrelaçada na própria cena da assombração. Do modo que utilizei, a assombração é um estado de emergência: o fantasma surge, carregando os sinais e presságios de uma repressão no passado ou presente que não mais funciona. O fantasma exige sua atenção. O presente acena. Alguma coisa acontecerá. O que acontecerá, claro, não é dado de antemão, mas algo tem que ser feito. Eu penso que esse estado de emergência também é o momento analítico crítico. Isto é dizer, quando a repressão não funciona mais, o problema que surge daí cria condições que exigem uma nova narrativa. O que está acontecendo? Como isso ocorreu? O que isso significa? Essas condições também convidam a ação. O que eu faço? Como eu ajudo? Isso vai melhorar? O *algo a ser feito* é algo que você tem que tentar/fazer por você mesmo: embora possa ser compartilhado, ele não pode ser imposto ou mesmo dado como um presente.

Foi um sinal do estado das ciências sociais, jurisprudência e ensino jurídico, e de boa parte do pensamento radical e ativismo político, que tenha sido necessário mencionar a ideia de uma personalidade complexa. O ponto de partida inicial do livro foi estabelecido por Patricia Williams: “É um fato de grande importância analítica que a vida é complicada.”⁶ Tratar esse fato como analiticamente importante – tornando-o importante na prática do conhecimento – é mais difícil do que parece para intelectuais acadêmicos. O que eu estava tentando abordar com aquele termo era a importância de tratar as pessoas com um respeito que reconheça sua

⁶ WILLIAMS, Patricia J. **The alchemy of race and rights**. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1991.

humanidade e subjetividade contraditórias. Nem vítimas, nem agentes super-humanos, todas as pessoas – ainda que em formas específicas cuja especificidade é por vezes tudo – recordam e esquecem, são assoladas por contradições e reconhecem de forma certa ou enganosa a si mesmos e aos outros. Eu buscava uma linguagem que podia tratar as dinâmicas e consciências de raça, classe e gênero como mais densas e delicadas do que os termos categóricos muito vezes indicam, ao mesmo tempo sem perder de vista suas brutalidades. Eu também tentava estabelecer algumas condições de reconhecimento para solidariedades duradouras e efetivas.

BB/RZ: *Seu livro de 2004, Keeping Good Time⁷, explora o que realmente significa ser uma acadêmica e uma ativista política em tempos de guerra, e alguns capítulos lidam especificamente com o ativismo em torno do complexo industrial-prisional. Você poderia explicar como você enxerga essa relação entre academia, ativismo e produção teórica?*

AFG: Esse livro foi reunido em um momento de transição para mim, ou, sua compilação me permitiu fazer uma transição que estava em seu início: fora de uma vida de trabalho centrada na universidade e suas comunidades, rumo a uma vida de trabalho orientada para uma comunidade extra-acadêmica ou intelectual em certo segmento do mundo da arte. Essa transição também moveu meu trabalho e eu para fora dos Estados Unidos rumo à Europa.

De muitas formas, esse livro muito modesto é sobre insistir que estamos em guerra – primeiro com o Iraque, depois Afeganistão e então contra o “terrorismo”, quando a *Guerra ao Terror* global foi anunciada – e que educadores e acadêmicos precisavam ter uma consciência do que isso significava. Que educar durante tempos de guerra era uma parte fundamental do nosso trabalho e que precisamos saber claramente que

⁷ NT: Em tradução livre, Mantendo a pontualidade. GORDON, Avery F. **Keeping good time: reflections on knowledge, power and people.** Boulder, Colorado: Paradigm Publisher 2004.

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

tipo de educação é exigida nessas circunstâncias. Eu ainda estava comprometida em interagir e abordar a sociologia em meus primeiros textos e busquei chamar a atenção dos meus colegas com alertas contra ser ou tornar-se o que C. Wright Mills chamou de “funcionários assustados” no contexto da criminalização da dissidência e do crescimento de uma sociedade de *lei e ordem* em que a segurança nacional somava militarismo no estrangeiro com policiamento e encarceramento em casa. Como vocês sabem, eventualmente eu desisti desse apelo. Vale a pena ler de novo, hoje, o ensaio de Mills de 1944 sobre “o papel social do intelectual” – um ensaio escrito durante a Segunda Guerra Mundial enquanto ele tentava evitar a convocação⁸. Havia poucos objetores de consciência políticos, em vez de religiosos, durante aquela guerra (eu escrevi meu artigo de história na Warwick sobre esses homens na Inglaterra, Escócia e País de Gales) e o raciocínio de Mills foi presciente: ele acreditava que a preparação para a guerra se tornaria permanente. Ele basicamente argumentou que o papel social do intelectual era de recusar o que ele chamava de “o trabalho” que a instituição oferecia e a posição de “funcionário assustado”, que ao ser governado por um “medo generalizado ... algumas vezes conhecido educadamente como “discrição”, “bom gosto”, ou “avaliação equilibrada”, continuava preso no “trabalho”. A ineficácia política era, Mills argumentava, sintoma do funcionário assustado.

Penso que há diferentes modos de se entender a relação entre exercício acadêmico e ativismo e, especialmente na medida em que o espaço para o pensamento e prática críticos diminui por todo lado, precisamos alimentar o maior número de modos possível. Há muito tempo eu entendo a distinção de Chuck Morse entre o crítico radical e

⁸ MILLS, Charles Wright. The Social Role of the Intellectual. In: HOROWITZ, Irving Louis (Org.). **Power, politics and people**: the collected essays of C. Wright Mills. New York: Oxford Univ. Press, 1963. p. 292–304. [Ed. Bras.: MILLS, C. Wright. **Poder e política**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1965.]

o crítico radical engajado politicamente como um guia para responder a essa questão. Ele escreve:

É a tarefa do crítico radical iluminar o que é reprimido e excluído pelos mecanismos elementares de uma dada ordem social. É a tarefa do crítico radical *engajado politicamente* tomar o *lado* dos excluídos e reprimidos: desenvolver ideias adquiridas no confronto com a injustiça, alimentar culturas de resistência e ajudar a definir os meios para que cada sociedade se torne adequada para o conjunto total das possibilidades humanas.⁹

O crítico radical politicamente engajado faz um compromisso com uma prática cooperativa e com uma prática cotidiana de vida que afirma os valores ligados ao compromisso cooperativo para tomar um lado ou uma posição. O crítico radical politicamente engajado também tem que fazer o trabalho duro “acadêmico” que o crítico radical faz também.

Uma área em que a questão que vocês me perguntam se torna articulada e também vivificada – especialmente onde eu trabalho, onde somos proibidas legalmente de nos sindicalizar – é a sala de aula, onde, para mim, ainda há autonomia e liberdade sobre o conteúdo do curso. É possível criar laboratórios pequenos, ou às vezes grandes (eu ensino mais de 600 estudantes na introdução à sociologia), em que muito desaprendizado, educação política e orientação importantes podem ocorrer. A mesma coisa com a supervisão na pós-graduação, em que um por um, uma professora consciente ajuda a treinar a próxima geração de acadêmicos radicais, na esperança de remover o medo que produz o funcionário assustado e encorajando o engajamento político seguindo a linha que Morse oferece.

⁹ MORSE, Chuck. Capitalism, Marxism, and the Black Radical Tradition: An Interview with Cedric Robinson. **Perspectives on Anarchist Theory**, v. 3, n. 1, 1999.

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

A universidade sempre forneceu um espaço limitado e problemático, tanto para uma práxis crítica quanto para um trabalho acadêmico radical – um terreno de trabalho e luta sobre a produção de conhecimento e a produção de estudantes. O que me impressiona sobre a situação hoje é que muitos professores e estudantes no setor de elite da academia querem extrair dela o que for possível – dinheiro, credenciais, status, trabalho relativamente autônomo, comparado a maioria de outros trabalhos profissionais – no sistema assimétrico e desigual em que estes itens são distribuídos e em que a dívida estudantil e a precariedade do corpo docente crescem. Mas eles não querem lutar para mudar isso, para assumir uma responsabilidade diferente, para cuidar do futuro dos outros. Esse desejo, entretanto, não é reconhecido e aceito como recompensa do privilégio ou senso comum do explorado. Em vez disso, isso tem sido teorizado como o ápice do pensamento radical e possibilitado pelo domínio das redes sociais, o culto da celebridade, o desrespeito social geral com intelectuais e com universidades e a eliminação da pesquisa e pensamento lentos e anti-utilitários. Nos Estados Unidos, esse pensamento radical está completamente removido das experiências de trabalho e de organização política dos professores e estudantes que trabalham em escolas que não são de elite, onde, por exemplo, o corpo docente ensina de oito a dez cursos por ano (no meu departamento ensinamos quatro), em escolas com estudantes majoritariamente não brancos e da classe trabalhadora. Há boas razões para, se você puder, afanar a universidade, roubar o que você puder para outros fins. As questões políticas são: Quem pode e quem não pode? O que está sendo feito com o que você toma e com quem? Quem mais está afanando, para qual fim, e com quais consequências? O que acontece quando não há mais nada para roubar? Estamos enfrentando questões realmente amplas e complexas sobre as condições sob as quais e as formas organizacionais em que a pesquisa, escrita e treinamento acadêmicos são e serão definidos e realizados. Essas questões não estão envolvendo, de forma urgente, os acadêmicos radicais, e eu temo pelas consequências.

BB/RZ: *Em seu último livro, *The Hawthorn Archive: Letters from the Utopian Margins*¹⁰, você escreve que “*uma teoria crítica com escrita criativa em um contexto histórico: fato, ficção, teoria e imagem falam uns com os outros em um ambiente indisciplinado*”.*¹¹

Como você descreve o que você faz, seu método, nesse livro? O que você acha fascinante e teoricamente útil sobre trazer para o centro o que você chama de “utopismo do outro”?

AFG: Eu vou responder a segunda parte da questão primeiro, já que o método se segue, em certa medida, ao desafio de escrever sobre o “outro utopismo”. O ímpeto para o livro, que comecei a refletir há muito tempo, era duplo. Primeiro, era um desejo para continuar de onde *Ghostly Matters* parou, com “aquelas alternativas históricas” que “assombram uma dada sociedade”, como Herbert Marcuse escreveu¹²; para encontrar o lugar onde, como Patricia Williams coloca, nossos “anseios” estão “exilados”. Nesse livro, eu chamo esse lugar de, seguindo Ernst Bloch, as margens utópicas.¹³

¹⁰ NT: Em tradução livre, O arquivo Hawthorn: cartas das margens utópicas. Mais informações sobre o que é o Arquivo Hawthorn podem ser encontradas em: <<https://averygordon.net/hawthorn-archive>>.

¹¹ GORDON, Avery. **The Hawthorn archive: letters from the utopian margins**. 1. ed. New York: Fordham university press, 2018.

¹² MARCUSE, Herbert. **One-dimensional man: Studies in the ideology of advanced industrial society**. Boston: Beacon Press, 1964. [Ed. Bras.: **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. São Paulo, SP: Edipro, 2011.]

¹³ WILLIAMS, Patricia J. **The alchemy of race and rights**. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1991, p. 49; BLOCH, Ernst. **A philosophy of the future**. Tradução: John Cumming. New York: Herder and Herder, 1970; e BLOCH, Ernst. **The principle of hope**. 3 vols. Tradução: Stephen Plaice, Paul Knight e Neville Plaice. (Frankfurt: Suhrkamp, 1954 [vol. 1], 1955 [vol. 2] e 1959 [vol. 3]) Cambridge, MA: MIT Press, 1995. [Ed. Bras.: **O princípio esperança: volume 1**. Tradução: Nélcio Schneider. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2005; **O princípio esperança: volume 2**. Tradução: Werner Fuchs. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2006; BLOCH, Ernst. **O princípio**

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

O outro ímpeto foi confrontar duas ideias relacionadas, a ideia do “fim da história” defendido pela direita e a ideia da esquerda de que o universo político havia se fechado depois dos fracassos de 1968. As duas posições pareciam completamente desconectadas da notável onda de resistência anticapitalista de diversos povos por todo globo, que permaneceu invisível para muitos até que primeiro os zapatistas (em 1994) e depois, mais amplamente, os protestos na *Seattle World Trade Organization* (1999), os despertassem. A reivindicação do “fim da história” pela direita também era uma ideia utópica que se chamava “globalização” – a admirável nova Quarta Revolução Industrial, com sua linha de montagem global, livre mercado e privatização sem limites – enquanto descartava qualquer noção alternativa de mundialização com o slogan TINA (*There is no alternative*¹⁴), como Margaret Thatcher notoriamente promoveu. A esquerda manteve sua tradição inspirada no marxismo de tratar boa parte dessa oposição com o epíteto de rejeição: “Isso não é realista, é utópico!” Marcuse chamou isso de “o meramente utópico”, uma frase que é normalmente utilizada como um porrete para gerir propostas, pessoas e ações que saíram muito dos limites. Ambas provocações sugeriram a necessidade de uma linguagem mais ampla, apta para o que me parecia um momento histórico significativo de reestruturação política e econômica e a resistência a ela.

Havia boas razões para desconfiar e até mesmo descartar o termo “utópico”, embora na minha opinião, o principal problema não era idealismo e futurismo, mas a historiografia profundamente racializada e as estreitas referências literárias, estéticas, filosóficas, históricas e sociológicas do termo. Para deixar claro, o sentido vigente do termo tratava o colonialismo genocida que fundou o chamado Novo Mundo como um empreendimento utópico de sucesso, enquanto ignorava completamente o que Peter Linebaugh e Marcus Rediker chamavam de “hidra de muitas cabeças” do “Atlântico Revolucionário”

esperança: volume 3. Tradução: Nélcio Schneider. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2006].

¹⁴ NT: Em tradução livre, Não há alternativa.

do século XVII – aqueles escravos, criadas, presos, piratas, navegantes, hereges, povos indígenas, cidadãos comuns que desafiavam a construção do sistema capitalista do mundo moderno.¹⁵

Havia outro tipo de utopismo representado pelas fugas dos escravos, quilombismo, pirataria, heresia, vadiagem, deserção militar e outras formas ilegíveis ou desqualificadas de fuga, resistência, oposição e formas alternativas de vida que continuavam, claro, a desafiar o moderno sistema capitalista racial com o passar do tempo. Esse outro utopismo dá ao termo “utópico” um significado muito diferente – um significado muito mais enraizado no passado e no presente do que em um futuro irrealista – e uma noção muito diferente de política, uma noção enraizada em lutas sociais atuais, em várias formas de não participação e em uma política autônoma hostil ou indiferente à conquista do poder do Estado.

Vamos retornar à importância dos movimentos do passado na sua pergunta, quando você pergunta sobre memória histórica e temporalidade das margens utópicas. No presente, embora seja sempre mais fácil ver um momento histórico depois do fato do que durante o mesmo, eu acho que ainda estamos naquele ciclo de resistência e oposição mundial que emergiu na década de 1990. O triunfalismo já não existe, claro, e a esquerda, se ainda é possível falar disso, desdenha menos das “esperanças” utópicas, ainda que o termo “esperança” seja outra redução condescendente. O capitalismo hoje salta de crise em crise com mais frequência e é incapaz de resolvê-las sem aumentar a assistência financeira e militar do Estado, ainda que sua ideologia antiestatal soe cada vez mais alto. Nesse contexto de militarismo e securitização reforçados, a atual redistribuição de recursos da propriedade social para a propriedade privada tem levado a um abandono social mais generalizado e a desigualdades mais aprofundadas dentro e fora dos países. As maiores potências capitalistas do Ocidente

¹⁵ LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **The many-headed hydra: sailors, slaves, commoners, and the hidden history of the revolutionary Atlantic.** Boston: Beacon Press, 2013.

parecem não entender ou negar o declínio da hegemonia Ocidental e a mudança silenciosa, mas definitiva, do sistema mundial para o leste. O Estado democrático capitalista – que Ruth Wilson Gilmore cunhou de o “Estado antiestatal”, ou que as pessoas conhecem geralmente por Estado neoliberal – também está enfraquecido, com conflitos internos ao ponto da incapacidade, como ficou mais que evidente no fiasco do britânico do Brexit.¹⁶ A crise de legitimidade que prejudica a viabilidade de uma Estado democrático capitalista é real e o estado mais avançado da alternativa autoritária do que de uma noção de ímpeto populista a confirma.

Ao mesmo tempo, há oposição política generalizada, diária, ativa e aberta para tudo isso, na escala em que as pessoas são capazes de contestar: protegendo um grupo de imigrantes da detenção, confinamento e deportação; organizando uma greve entre os professores de uma cidade; defendendo um território da perfuração petrolífera; propondo ações judiciais contra departamentos de polícia etc.; reunir em público para xingar, gritar, brigar, confrontar a polícia de choque. Também há oposição política generalizada, diária, ativa, infrapolítica e até mesmo secreta que precisa permanecer escondida. E também há muitas pessoas, cada vez mais e mais nos países ricos Ocidentais que buscam formas de pensar e viver em diferentes – melhores – termos e o fazem com pequenos gestos, seja em coletivos locais, ou na unidade familiar estendida, com habitação e eletricidade ilegais, moedas alternativas, nas cidades e em antigos territórios tribais.

O que acontecerá não sabemos, claro. Mas na medida em que as pessoas se tornam incapazes de participar nos atuais sistemas

¹⁶ GILMORE, Ruth Wilson. *Forgotten places and the seeds of grassroots planning*. In: HALE, Charles R. (Org.). **Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship**. Berkeley: University of California Press, 2008, p. 31, 36. [Ed. Bras.: Lugares esquecidos e as sementes do planejamento de base popular. In: GILMORE, Ruth W. **Geografia da abolição: ensaios rumo à libertação**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo, SP: Boitempo, 2025, pp. 385-418].

econômicos e de governo, elas devem encontrar outras formas. Muitas pessoas no Sul Global, pessoas pobres de minorias étnico-raciais no Norte Global e povos indígenas por todo lado são as que possuem maior experiência nisso. Solidariedade, assistência, irmandade serão necessárias. Não estou preocupada com o termo “utópico” – e não me importo se o termo é ou não utilizado. Eu me importo com o que chamo no livro de “estar na diferença”¹⁷. Estar na diferença é uma consciência política e um conhecimento sensível, um posicionamento e uma forma de pensar para viver em termos melhores do que nos foi oferecido; para viver como se você tivesse a necessidade e a liberdade para fazê-lo; para viver no reconhecimento de que apesar do imenso poder de todos os sistemas de dominação que tentam nos matar, eles nunca se tornam nós. Eles são, como Cedric Robinson costumava dizer, apenas uma condição de nossa existência ou ser.

Em relação à forma/método do livro: eles consistem em vários itens, organizados em arquivos e coleções, do *Hawthorn Archive*. Não há capítulos como em um livro convencional. O *Hawthorn Archive* é real e é também um dispositivo para expressar estes outros modos de viver do utopismo, o que pode significar viver nas margens utópicas. Essa temporalidade não é aquela convencional da literatura – “o que pode ser” – também não é bem aquele passado condicional (“o que poderia ter sido”) que Lisa Lowe invoca em seu brilhante livro, *The Intimacies of Four Continents*¹⁸, embora seja atravessado por ele em alguns lugares. O *Hawthorn Archive* opera em uma temporalidade do que quase foi ou ainda não é; ou do que era presente, mas ao mesmo tempo está por vir. Ele tenta representar os traços dos vestígios do passado, ou do futuro ainda por vir, como se estivesse no presente. Esse é o futuro condicional ou o passado imperfeito, uma combinação de passado e um aspecto contínuo ou repetitivo, algo inacabado. A Livraria e Estação

¹⁷ NT: No original, “*being in-difference*”, a autora faz um trocadilho com a palavra *indifference* (indiferença) para *in-difference* (na diferença).

¹⁸ NT: Em tradução livre, As intimidades de quatro continentes. LOWE, Lisa. **The intimacies of four continents**. Durham: Duke University Press, 2015.

Espacial Pan-Africana Chimurenga coloca a questão da seguinte forma: “Pode um passado com o qual o presente ainda não realizou um acerto de contas ser invocado para assombrar o presente como uma alternativa?” O que aconteceria se entendêssemos que o que nos assombra do passado são precisamente as aspirações e ações – pequenas e grandes, individuais e coletivas – que opõem o capitalismo e o império raciais e vivem ativamente fora dos termos dessa ordem. É isso o que eu quero dizer com a ideia de margens utópicas – uma civilização alternativa que atravessa o tempo e o espaço, acumulando um tipo de excedente cultural e político, como Bloch cunhou. Julius Scott chamava isso de “o vento comum”.¹⁹

Eu acho muito difícil saber como melhor representar isso sem escrever um romance. Eu tentei seguir as instruções de Monique Wittig em *As guerrilheiras*: “[...] houve uma época em que você não era escrava, lembre-se disso. [...] Faça um esforço para se lembrar. Ou, caso não consiga, invente.”²⁰ A forma do livro tanto relembra quanto inventa ao convidar o leitor para um mundo situado em lugar liminar – um lugar que podemos chamar de margens utópicas, onde então, agora e em breve, somos capazes de, e estamos a, viver em termos diferentes do que as diversas formas de escravidão, endividamento e repressão que ordenam este mundo.

BB/RZ: *Um tema que estamos interessadas é a memória, luta e tempo históricos – neste caso, na medida em que se relacionam com vários movimentos ativos hoje. Em uma entrevista maravilhosa que você conduziu (em uma loja da rede de supermercados Whole Foods com Natascha Sadr Haghighian), você explicou:*

¹⁹ SCOTT, Julius Sherrard. **The common wind**: Afro-American currents in the age of the Haitian revolution. London; Brooklyn, NY: Verso, 2018.

²⁰ WITTIG, Monique. **Les guérillères**. Paris: Les Ed. de Minuit, 1969, p. 89. [Ed. Bras.: WITTIG, Monique. **As guerrilheiras**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2019, *e-book*.]

Mesmo que essas memórias de resistência, luta e saber melhor sejam intensamente construídas e encenadas, elas criam mesmo assim um campo de força que nos conecta aos outros através do tempo e espaço, e também a um poder que nos é constantemente negado, o qual somos ditos não possuir: o poder para criar vida do nosso jeito e sustentá-la a longo prazo.²¹

Essa é uma abordagem poderosa sobre a memória e o poder para criar vida. Mas em todas as entrevistas neste livro, nós também discutimos um apagamento recorrente na história dos movimentos ou conversas específicas, especialmente no que se relaciona à raça e lutas anteriores. A pergunta tem dois lados: como você explicaria essa amnésia intencional sobre questões de raça e luta antirracista? E você pensa que esse “campo de força que nos conecta através do tempo e espaço” é um constante, ou precisa de formas específicas de escavação para ser sustentada?

AFG: Com o passar dos anos, tive o prazer de participar de vários projetos com a artista Natascha Sadr Haghghian, que também é uma integrante muito ativa do *Hawthorn Archive*. A conversa ocorreu em 2009 em um enorme supermercado orgânico de ponta, *Whole Foods*, no bairro novaiorquino Bowery, ao lado do *New Museum*, como parte de um “seminário” intitulado “Sonambulando em um quebra-cabeças dialético”²². Nós andamos por todo o supermercado enquanto éramos secretamente filmadas, conversando sobre a comercialização de alimentos orgânicos, a forma como a *Whole Foods* estava apropriando ideias ecológicas e políticas radicais para ganhar lucros e agência política. Natascha apontou para um cartaz na loja que dizia: “Poder ao povo”, e eu descrevia algumas coisas que não estavam sinalizadas na loja, mas que sugeriam uma abordagem ecológica anticapitalista e anti-

²¹ HAGHIGHIAN, Natascha Sadr. *Sleepwalking in a Dialectical Picture Puzzle, Part 1: A Conversation with Avery Gordon*. **e-flux Journal**, v. 3, fev. 2009. Disponível em: <<https://www.e-flux.com/journal/03/68531/sleepwalking-in-a-dialectical-picture-puzzle-part-1-a-conversation-with-avery-gordon>>. Acesso em: 11 maio 2026.

²² NT: No original, *Sleepwalking in a Dialectical Picture Puzzle*.

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

imperialista muito mais radical: *People's Park*²³; MOVE²⁴; *Earth First!*²⁵; os *Diggers*²⁶, cujo manifesto de 1649 contra a ganância, a propriedade privada, a desigualdade e a guerra eu li em frente ao departamento de queijos.

Natascha levantou a questão sobre se revelar ou expor os fatos ou histórias escondidas era eficaz para produzir ação ou mudança. E a frase que vocês citaram era parte da minha resposta a ela.

Chamar a atenção, nomear o que está faltando é sobre assombrar na mesma medida que é sobre história. Nomear os *Diggers*, por exemplo, fornece informações que muitos podem não ter, e também cria uma conexão através do tempo e espaço para que nós que estamos vivos possamos trabalhar para pôr fim às condições que se repetem e, portanto, assombram-nos. A exposição ou revelação é um aviso sobre as condições sedimentadas que tornam possível colocar o cartaz “Poder ao povo” em um supermercado de rede. Estou bastante interessada no tempo, a sensibilidade a ele e que forma ele toma nas lutas sociais, algo que penso ser muito difícil expressar em linguagem abstrata ou acadêmica. Costumamos chamar isso de memória tempo-forma, mesmo que as memórias sejam construídas e encenadas. Vocês

²³ NT: Terreno de propriedade da Universidade da Califórnia, Berkeley, conhecido como intenso palco de ativismo político. O local foi estabelecido como parque público através do ativismo político radical dos estudantes da universidade, em um processo que incluiu confrontos violentos com a polícia universitária em 1969.

²⁴ NT: Movimento negro fundado em 1972, em Filadélfia, Pensilvânia. O movimento combinava ideais revolucionários inspirados no anarquismo, nos Panteras Negras e no movimento Black Power com ativismo ambiental e defesa dos animais. Para mais informações sobre o grupo, conferir: <<https://operamundi.uol.com.br/pensar-a-historia/um-bairro-negro-sob-ataque-40-anos-do-bombardeio-da-sede-do-move/>>. Acesso em 12 maio 2026.

²⁵ NT: Fundado em 1980 nos Estados Unidos, é um dos mais conhecidos movimentos de ativismo ambiental radical.

²⁶ NT: Em tradução livre, escavadores. Movimento agrário protestante que surge em 1649, no período final da Guerra Civil Inglesa (1642–1651). Lutava pela reforma agrária, fim da dívida camponesa e dos privilégios feudais.

estão absolutamente corretas que o campo de força – a conexão – deve ser ativada. Talvez ela sempre esteja presente; este certamente é o meu argumento sobre as margens utópicas, e o argumento de Toni Morrison sobre essas lembranças que estão sempre à sua espera, tenham elas acontecido contigo ou não.²⁷ Mas tudo depende do encontro e o que o encontro produz. Há uma diferença entre saber que há continuidades nas formas de repressão e nas lutas contra elas, e encontrá-las como um campo de força – como algo que altera suas fronteiras perceptivas e bússola política, que leva à ação, que possibilita honrar aqueles que vieram antes e um avanço necessário da luta.

A amnésia intencional sobre as lutas antirracistas e o racismo pode ser explicado em parte, dado o direcionamento da discussão com Natascha, pelo embranquecimento das políticas ambientais radicais e a história dos comuns, como os *Diggers*, as diversas sociedades quilombolas, os seminóis, os zapatistas e os marinheiros dos barcos de quilha, por exemplo, que aparecem como se em universos separados e em histórias separadas em vez de como parte de uma mesma história. É impressionante que apesar do interesse geral e atenção às mudanças climáticas e o aquecimento global – todas as crianças na escola conhecem esses termos – o racismo ambiental e as histórias dessas lutas, que abordaram necessariamente o capitalismo racial, mesmo que não o tivessem chamado por nome, continuaram quase que completamente invisíveis. A falta de visibilidade de uma justiça ambiental crítica – como o experiente acadêmico antirracista ambiental David N. Pellow propôs, em que o movimento por vidas negras, o movimento abolicionista penal e a luta palestina contra as ocupações são todos considerados “ambientais” ou ecológicos – é evidente e atrasa a abordagem desses problemas catastróficos.²⁸

²⁷ MORRISON, Toni. **Beloved**. New York: Knopf, 1987. [Ed. Bras.: **Amada**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.]

²⁸ PELLOW, David N. TOWARD A CRITICAL ENVIRONMENTAL JUSTICE STUDIES: Black Lives Matter as an Environmental Justice

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

Em um nível mais geral, como Cedric Robinson argumentou precisamente, “regimes raciais são sistemas instáveis de verdade em que a raça é proposta como uma justificativa para as relações de poder.”²⁹ Regimes raciais, que se “mascaram” como naturais e imutáveis, na verdade são instáveis e frágeis, e eles mudam com o tempo na medida em que as necessidades do poder a que servem mudam. Eles são instáveis e frágeis porque eles constroem, hierarquizam e ontologizam diferenças artificiais entre as pessoas, fazendo-as parecer naturais. Ao fazê-lo, esses regimes excluem uma realidade presente, ruidosa e reprimida (não somos isso!), que é sempre ameaçadora para desestabilizar as justificativas. Requer-se um esforço enorme para regimes raciais funcionarem já que eles estão constantemente confrontando realidades que os opõem em vários níveis pela oposição organizada. Uma parte considerável desse trabalho é realizado pela violência – pela polícia, o exército e outros órgãos do Estado repressivo. E outra parte suficiente desse trabalho é realizado por intelectuais, incluindo reformistas bem intencionados.

BB/RZ: *De fato, em seu trabalho você se debruça sobre “pontos cegos do marxismo” e observa a importância das críticas vindas de autores como Cedric Robinson. No entanto, você considera que esse foco nos pontos cegos é fruto de um “generoso espírito de criação”³⁰. Para você, quais são as principais características dessas críticas?*

AFG: “forjado sob um... erudito e generoso espírito de criação” foi como descrevi a maneira pela qual Cedric expôs os

Challenge. **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, v. 13, n. 2, p. 221–236, 2016.

²⁹ ROBINSON, Cedric J. **Forgeries of memory and meaning: Blacks and the regimes of race in American theater and film before World War II**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007, p. xii.

³⁰ ROBINSON, Cedric J. **An anthropology of Marxism**. 2. ed. Prefácio: Avery F. Gordon. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2019, p. xi.

compromissos históricos e filosóficos que o marxismo teve com a sociedade burguesa em seu livro *An anthropology of marxism*³¹, para o qual tive a oportunidade de escrever o prefácio. Tenho o prazer de dizer que este livro, indisponível há muito tempo e, portanto, pouco conhecido, ganhou uma reedição pela University of North Carolina Press nos Estados Unidos e também pela Pluto Press no Reino Unido. Simplificando, a crítica ao marxismo em *Marxismo negro: a criação da tradição radical negra*³² centra-se em dois pontos principais. O primeiro é a importância da história pré-capitalista do racismo no Ocidente e sua importância constitutiva para o desenvolvimento de um capitalismo racial, sistematicamente subestimada por Marx e pelos marxistas e, muitas vezes, também por outros intelectuais bem intencionados atualmente. O capitalismo é um produto de uma civilização ocidental altamente racista e racializada e não o contrário, e Robinson se esforçou para deixar isso bem nítido. A segunda coisa diz respeito às alegações de Marx sobre a especificidade e o domínio do par capital/trabalho (livre) e sua vinculação à figura do proletariado revolucionário. Robinson critica esse tipo de investimento político e intelectual e argumenta que isso acaba vinculando o desenvolvimento do socialismo marxista ao nacionalismo, ao racismo e à epistemologia burguesa. O que resulta disso é uma maneira de conceber as coisas, uma estrutura de antecipação, ou ainda de expectativa, que não poderia e nem reconheceria o radicalismo negro em seus próprios termos, mas – se assim o fizesse – só o conceberia como “uma mera oposição à organização capitalista”. Um argumento parecido e mais amplo é apresentado em *An anthropology of marxism*, onde a rejeição de Marx e Engels às formas pré-capitalistas de socialismo, à heresia feminina e à

³¹ NT: Em tradução livre, Uma antropologia do marxismo.

³² ROBINSON, Cedric James. **Black Marxism: the making of the Black radical tradition**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000. [Ed. Bras.: **Marxismo Negro: a criação da tradição radical negra**. Tradução: Caio Netto dos Santos *et al.* São Paulo, SP: Perspectiva, 2023, *e-book*.]

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

rebelião, entre outras coisas, acabou “obliterando o domínio mais fértil... para suas ambições políticas e imaginações históricas”.³³

Em ambos os livros, seja a tradição radical negra, ou a tradição socialista europeia, o objetivo não era meramente identificar o ponto cego ou apontar que algo está faltando ou ainda não sendo visto. A lista desses pontos cegos já é hoje bastante conhecida, de qualquer maneira: o capitalocentrismo, para usar o termo de J.K. Gibson-Graham³⁴, a ênfase em um modelo de sociedade de duas classes e uma noção equivalente de luta de classes e política de classes, o tratamento desdenhoso do trabalho não industrial – servos, camponeses, escravos – e das mulheres como classe, um economicismo que impedia, como escreveu Robinson, “um tratamento mais largo da história, das classes, da cultura, da raça-etnia, do gênero e da linguagem”.³⁵

Antes, o objetivo é evidenciar o que está vivo e respirando lá onde a visão não é plena. Há algo sempre vivo e respirando neste ponto cego e a questão é o que, ou quem, está lá. Essa é, na minha opinião, a maneira mais importante e que tento seguir de várias formas também em meu trabalho. Robinson diz que Marx e seus sucessores perderam a oportunidade de ver o produtivo pensamento e a complexa luta que compõem a tradição radical negra – seus saberes comuns – como dignos de teorização e, portanto, de generalização. Ele escreve que “a diferença não era de interpretação, mas de compreensão”.³⁶ Acho que essa é uma bela e muito precisa forma de colocar a questão.

Ativistas e movimentos sociais, quer deixem visível ou não, assumem pontos de vistas, historiografias, termos de solidariedade e

³³ ROBINSON, 2019, p. 138-139.

³⁴ GIBSON-GRAHAM, J. K. **The end of capitalism (as we knew it): a feminist critique of political economy**. 1. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006. [Ed. Port.: **O fim do capitalismo: (como nós o conhecíamos)**. Tradução: Jorge Menezes. Lisboa: Edições Piaget, 1998]

³⁵ ROBINSON, 2019, p. xiii.

³⁶ ROBINSON, 2000, p. 96. [Ed. Bras.: 2023, *e-book*.]

suas próprias “geografias de libertação”³⁷, como chama Alex Lubin. Premissas essas que constituem a infraestrutura compreensiva. Não se trata de saber se um indivíduo ou movimento abrange tudo ou, ainda, que sabe tudo. Isso é praticamente impossível. Além disso, as lutas políticas e as reivindicações exigem precisão e direcionamento para terem certa eficácia. O que é importante e necessário são as compreensões, visões, valores e conexões mais profundas – os saberes comuns, ou ainda o que Haghghian chama de inteligência emocional – que estão nas demandas específicas e que são articuladas nas culturas organizacionais que operam no dia a dia, nas quais ativistas e movimentos pensam e agem.

BB/RZ: *Nos afastando agora um pouco do que você escreve, você tem participado há algum tempo, semanalmente, da apresentação de um programa de rádio sobre assuntos públicos, o “No Alibis”. Você poderia nos contar um pouco sobre essa parte do seu trabalho?*

AFG: Um programa de rádio – mesmo ele sendo popular, de base, e radical como o nosso –, talvez não seja considerado ativismo político da mesma forma que campanhas porta a porta ou, ainda, organizações de protestos e manifestações. Mas o meu ativismo político mais duradouro é o meu programa de rádio que apresento com Elizabeth Robinson desde 1997.

No Alibis é um spin-off, criado no final de 1999, de um programa de rádio anterior que Elizabeth apresentou por um longo tempo, chamado “*Vienpoints* with H. L. T. Quan”, ao qual me juntei em 1997. *No Alibis* é um programa de rádio de duas horas, sobre assuntos públicos e culturais que vai ao ar na KCSB 91,9 FM, em Santa Bárbara. O programa perpassa uma série de eventos atuais sob uma perspectiva internacionalista, utilizando um formato semiestruturado de notícias

³⁷ LUBIN, Alex. **Geographies of Liberation: The Making of an Afro-Arab Political Imaginary**. 1. ed. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

(trinta minutos) e análises sociais e políticas, geralmente com dois segmentos de entrevista. Diante de certos temas e questões – Palestina, Oriente Médio, o sistema carcerário dos EUA, o militarismo, o regime europeu de fronteiras, África –, o *No Alibis* tem realizado, de maneira consistente, o trabalho de cobertura jornalística muito antes de programas como o *Democracy Now!* Nós temos um programa especial em dezembro chamado “*Book Tastings*”, no qual lemos trechos de livros novos e relevantes. E, anos antes, participamos de projetos de mídias globais associados à Associação Mundial de Emissoras de Rádio Comunitárias (AMARC), no qual Elizabeth ocupou vários cargos de direção, como a cobertura ao vivo do Fórum Social Mundial, e o Vozes sem fronteiras (*Voix sans frontieres*), um projeto de rádio juvenil antirracista e antixenofobia.

Eu já havia atuado um pouco na rádio da universidade e participava da emissora do Boston College, mas era no âmbito musical, não de assuntos públicos. Quando comecei a apresentar o programa de rádio, tive que aprender a falar de forma inteligente e a dialogar com as pessoas do zero. Graças a Elizabeth, foi uma ótima experiência de aprendizado em comunicação democrática. A KCSB e o *No Alibis* resistiram com sucesso, ao longo de todo esse tempo, frente às tendências de monopolização, padronização e globalização da mídia comercial, incluindo a pressão sobre as rádios comunitárias de base popular para que adotassem conteúdos e programações convencionais e para que profissionalizassem o formato e o som dos programas. Uma das maneiras mais comuns pelas quais a pressão pela profissionalização se manifesta é no valor assumido de que um “bom produto” seria aquele em que apresentadores que soem como profissionais ou especialistas trazidos por estes falem em nome do povo/ouvintes. Nesse formato, um bom produto profissional não permite que as pessoas falem por si mesmas. Lá no *No Alibis*, assumimos posições políticas e nos posicionamos explicitamente em solidariedade política. Nunca ocultamos nossas opiniões e aquilo que consideramos importante. Tentamos operar com base no princípio de

autodeterminação – de que as pessoas possuem o direito de falar por si mesmas em sua própria língua – e não seguindo o princípio da profissionalização. É óbvio que especialistas são convidados regularmente para o nosso programa, mas promovemos a discussão e tentamos produzir diálogo (ou multiálogo) para construir uma relação mais democrática e menos subalternizada diante dos especialistas. O *No Alibis* é um lugar onde podemos mostrar outras formas de ver o mundo além daquelas que encontramos na grande mídia, tentando manter a imaginação aberta, mesmo quando o caminho para a ação política parece imediatamente menos viável. No momento, por exemplo, existe uma pausa nas notícias sobre Trump, a menos que mais espaço na programação seja razoavelmente justificada! É um compromisso de noticiar as lutas sociais e garantir que notícias sobre iniciativas importantes e pequenos sucessos sejam divulgados. Vemos o programa atuando num contexto global, com uma perspectiva internacionalista, e por isso tentamos não tratar o local e o global como contraditórios ou antagônicos.

A criação de uma voz midiática alternativa é uma atividade política essencial e um importante meio de educação popular, e acredito que Elizabeth concordaria com isso. De fato, existe uma comunidade criativa, politicamente perspicaz e inclusiva, bem como uma mídia de base nos Estados Unidos e em outros lugares. Ela é sustentada por um conjunto de princípios éticos baseados no direito de todos os membros da sociedade civil a um acesso justo e equitativo a todos os meios de comunicação. Esse setor midiático tem sido e ainda está sob ataque. A supressão da dissidência, os apelos nacionalistas a uma lealdade patriótica, todas as informações agitadas e falsas apresentadas pela grande mídia de imprensa, televisiva e nas redes sociais são grandes desafios para a sustentabilidade de rádios comunitárias, democráticas e não capitalistas. É importante continuarmos esse trabalho.

BB/RZ: *Você tem se envolvido intimamente no movimento pela abolição das prisões – poderia falar sobre as mudanças (se houver) que tem observado no*

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

movimento desde seu início? Um conceito central do movimento é, evidentemente, a abolição – poderia explicar as principais ideias por trás do abolicionismo e sua importância para uma multiplicidade de movimentos sociais atualmente?

AFG: O movimento pela abolição das prisões nos Estados Unidos cresceu consideravelmente e de forma notável desde seu momento inicial (após o boom prisional), quando era possível contar os grupos abolicionistas nos dedos e citar talvez apenas um – o Prison Moratorium Project³⁸ –, e os organizadores da primeira conferência da Critical Resistance pensavam que talvez algumas centenas de pessoas compareceriam. Esse crescimento reflete um verdadeiro sucesso organizacional e traz também consigo desafios de muito mais pessoas se identificando com e definindo o que a abolição significa.³⁹

O feminismo da abolição, tendo como sua representante teórica mais conhecida Angela Y. Davis, faz parte da tradição internacionalista radical negra. Embora seja frequentemente associado ao movimento pela abolição do poder policial e do encarceramento, ele designa um conjunto de posicionalidades e visões compreendendo que, para abolir o sistema prisional tal como o conhecemos, é necessário eliminar as condições políticas, sociais e econômicas que o produzem, transformando radicalmente a ordem social atual, não podendo assim ser compreendida em termos nacionais ou nacionalistas. Como ela escreve, “a abolição das prisões é uma forma de discutir os problemas da versão particular de democracia representada pelo capitalismo norte-americano.”⁴⁰ O que diferencia o feminismo da abolição é essa forma de ver mais profunda e as conexões ou intersecções analíticas, políticas e humanas que estabelece.

³⁸ Prison Moratorium Project, site oficial: <<https://www.nomoreprisons.org/>>.

³⁹ Critical Resistance, site oficial: <<https://criticalresistance.org/>>.

⁴⁰ DAVIS, Angela Y. **Abolition Democracy: Beyond Empire, Prisons, and Torture.** New York: Seven Stories Press, 2005, p. 72. [Ed. Bras.: **A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura.** Tradução: Artur Neves Teixeira. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Difel, 2020, p. 69]

Provavelmente a expressão mais precisa dessa conexão ou interseccionalidade seja a noção de indivisibilidade da justiça, expressa por Martin Luther King Jr. em 1963, na carta que escreveu dentro da prisão de Birmingham, em Alabama. Ele escreveu a famosa frase: “A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todos os lugares. Estamos presos em uma rede inescapável de interdependência, unidos por um manto único do destino. O que afeta diretamente um, afeta indiretamente todos”. Essa noção da indivisibilidade da justiça – lembrem-se de que logo em seguida o próprio King passaria a identificar o militarismo e o capitalismo como aquilo que deve ser combatido para alcançar a justiça racial –, que nos une a uma rede de mutualidade é uma forma de descrever a solidariedade ou a irmandade.⁴¹ Isso nos dá o que King chamou de posicionamento, bem como uma determinada obrigação de conhecer e agir junto a outras pessoas. Essa é uma bela ideia da nossa conectividade, daquilo que temos em comum – uma rede inescapável de mutualidade, vestimenta única do destino. Às vezes essas conexões são fortes, outras fracas e fragmentadas, mas são elas o espaço político comum da abolição.

A intensificação do poder policial como forma de gestão e administração – é possível afirmar que os Estados Unidos é um país policial – e o aumento do encarceramento despertaram o interesse de muitos jovens. Esses jovens conseguem perceber e, muitas vezes, sentir de forma bastante literal as inúmeras formas espaciais de cercamento e confinamento da terra, das pessoas, ideias e de toda a capacidade de almejar algo a mais. Esses jovens podem perceber aquilo que Brenna chamou de “regimes raciais de propriedade” e a própria infraestrutura militarizada que visa a manutenção da ordem racial capitalista,

⁴¹ O texto desse parágrafo é reproduzido, em parte, de WOZNICKI, Krystian. **Unshrinking the World: An Interview with Avery F. Gordon about *The Hawthorn Archive: Letters from the Utopian Margins***. *Commonist Aesthetics*, jun. 2019.

altamente estratificada.⁴² Há um alcance, ou desejo, por algo diferente – uma vida sem capitalismo racial, uma vida onde não somos cercados por valores e modos de estar juntos baseados no dinheiro e valores de troca, hierarquias, status, violência, força, alienação, racialização e disciplinarização externamente impostos. Pode parecer incompleto, pouco analisado ou inexperiente, mas aquilo que costumávamos chamar de impulso revolucionário está mais difundido do que as autoridades gostariam que fosse verdade. Ter que construir essa vida nós mesmos – ela não será dada – também é, penso eu, se não totalmente, parcialmente compreendido, e isso torna um trabalho já enorme ainda mais complexo, difícil e cheio de obstáculos e desafios aparentemente intransponíveis.

As pessoas entram ou começam nesse processo por meio de caminhos muitos distintos, adquirindo vocabulários, alianças, estratégias e aprendizados, esperançosamente com sabedoria e o mínimo de sectarismo. Para levar o feminismo da abolição a sério, cada indivíduo, junto a outros, deve aprender a se tornar “indisponível para a servidão, firmes na convicção”, para usar as palavras de Toni Cade Bambara.⁴³ Este é, na minha opinião, o cerne do imaginário abolicionista, que toma a servidão em seu sentido mais amplo, de modo que a luta para transformar o mundo aconteça imanentemente através dos meios que incorporam e representam os valores, práticas e formatos institucionais que desejamos. É também o cerne do trabalho intelectual organizativo – vincular esse imaginário à capacidade de construir a vida que precisamos com outras pessoas. Isso não pode ser feito retoricamente. Antes, é feito pelas pessoas que trabalham com

⁴² BHANDAR, Brenna. **Colonial lives of property**: law, land, and racial regimes of ownership. Durham: Duke University Press, 2018.

⁴³ BAMBARA, Toni Cade. **Deep sightings and rescue missions**: fiction, essays, and conversations. 1. ed. New York: Pantheon Books, 1996. Conferir também, MORAGA, Cherríe; ANZALDUÁ, Gloria. Foreword. *In*: ANZALDUÁ, Gloria; MORAGA, Cherríe (Orgs.). **This bridge called my back**: writings by radical women of color. 4. ed. Albany: SUNY Press, 2015, pp. xxix-xxxii.

grupos como o INCITE! Women of Color against Violence, Critical Resistance, Survived and Punished, Oakland Power Projects e outros tantos que criam conhecimento acessível sobre a abolição como modo de vida e uma infraestrutura funcional para reduzir o papel do policiamento e das prisões em nossas vidas.

BB/RZ: *Em seus textos, você estabelece uma conexão entre militarismo internacional, o complexo industrial-prisional e a guerra contra o terrorismo, sobretudo no artigo sobre o encarceramento no contexto da prisão de Abu Ghraib, no Iraque.⁴⁴ O que levou você a estabelecer tais conexões? Você enquadraria isso como a “internacionalização” do sistema prisional dos Estados Unidos?*

AFG: A guerra contra o terrorismo lançada pelos Estados Unidos em 2001 atribuiu ao Exército e aos fuzileiros navais a responsabilidade custodial por um grande número de prisioneiros de guerra que não eram efetivamente prisioneiros de guerra, mas inimigos combatentes estrangeiros – uma invenção jurídica dos Estados Unidos – e ameaças à segurança civil. A corporação da Polícia Militar, responsável pelas prisões, não estava preparada para isso, todas as bases militares tinham uma prisão ou uma brigada, usada principalmente para soldados que precisavam dormir para curar a ressaca, ou para conter motins etc. Não era um sistema prisional completo, tampouco estava preparado para lidar com um número muito grande de prisioneiros de guerra tratados de acordo com os padrões da Convenção de Genebra, nem para confinar civis (ou soldados) acusados e/ou condenados criminalmente. O pessoal (guardas e diretores), o regime punitivo com seu sadismo racializado e a normalidade brutalmente excepcional, o aparato de segurança e a infraestrutura jurídica foram, todos, importados do sistema prisional civil dos Estados Unidos.

⁴⁴ GORDON, Avery F. Abu Ghraib: imprisonment and the war on terror. **Race & Class**, v. 48, n. 1, p. 42–59, jul. 2006.

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

Quando vieram a público as fotografias dos maus tratos cometidos pelos guardas contra os prisioneiros no grande complexo prisional de Abu Ghraib e as notícias e imagens sobre as condições dos prisioneiros detidos na base de Guantánamo, em Cuba, houve uma atenção considerável sobre as redes de prisões militares normalmente ocultas dos Estados Unidos. Mas a maior parte dessa atenção lidou com o que estava acontecendo lá como casos isolados, abuso de poder estatal, o que acabou ofuscando a relação e a continuidade entre as prisões militares dos Estados Unidos no exterior e as prisões civis no próprio território estadunidense. Comecei escrevendo uma série de artigos analisando essa conexão e o papel da prisão militar na Guerra ao Terror – por exemplo, *The United States Military Prison: The Normalcy of Exceptional Brutality* e *The Prisoner's Curse*.⁴⁵

Eu não concebia a prisão militar tanto como a internacionalização do complexo industrial-prisional, mas sim como uma tecnologia fungível ou, ainda, um modelo móvel na perpetuação e expansão de uma economia mundial centrada na segurança. Existe hoje uma vasta indústria transnacional de segurança militar – o maior setor empresarial do mundo – que sustenta a ordem capitalista global parasitária e um aparato repressivo cada vez mais integrado globalmente, projetado para suprimir e criminalizar a dissidência e as tentativas de criar formas de vida anticapitalistas. Os Estados Unidos são o maior traficante de armas do mundo, mas dificilmente atuam sozinhos. Na verdade, as forças armadas israelenses, que há tempos se promovem como líderes mundiais em expertise em segurança com base na ocupação de territórios na Palestina, são um dos principais

⁴⁵ GORDON, Avery F. *The United States Military Prison: The Normalcy of Exceptional Brutality*. [A prisão militar dos Estados Unidos: a normalização da brutalidade excepcional] In: SCRATON, Phil; MCCULLOCH, Jude (Orgs.). **The violence of incarceration**. New York: Routledge, 2009, p. 174-196; e GORDON, Avery F. *The Prisoner's Curse*. [A maldição do prisioneiro] In: GRAY, Herman; GÓMEZ-BARRIS, Macarena (Orgs.). **Toward a sociology of the trace**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010, p. 17-55.

preparadores das forças policiais dos Estados Unidos. Isto é, claro, a ponta do iceberg de um conjunto de conexões globais que mantém uma economia de guerra permanente, com populações cativas a longo prazo.

Quando o termo “complexo industrial-prisional” foi introduzido, seu objetivo era o de questionar, acima de tudo, os pressupostos até então tidos como certos sobre crime e punição (de que pessoas iriam para a prisão porque cometiam crimes) e focar no processo de criminalização (O que é um crime, exatamente? Quem exatamente se torna criminoso?), e identificar os interesses políticos e econômicos envolvidos na construção de um sistema prisional aparentemente autorreprodutível, onde sua função tinha pouco a ver com a segurança pública. Foi um conceito muito importante e cumpriu grande parte da função político-pedagógica que se esperava dele no contexto dos Estados Unidos, mesmo que não pudesse e não se esperasse que desse conta de tudo. Atualmente, pessoas ainda lutam para encontrar o termo (ou termos) certo para a expansão da criminalização, da punição e do encarceramento, e para o que agora chamamos de Estado carcerário que molda, ou “deforma”, para citar Marie Gottschalk, milhões de pessoas, muitas das quais nunca estiveram na prisão ou em cadeias.⁴⁶

Pra mim, a privatização da gestão não é o principal problema nem o indicativo das tendências mais gerais. Nos Estados Unidos, cerca de 8% de todas as pessoas privadas de liberdade estão detidas em unidades privadas, a grande maioria encontra-se em centros de detenção de imigrantes administrados pelo Governo Federal, que é também o setor de detenção que mais cresce. Essas unidades privadas são financiadas por estados individuais ou pelo Governo Federal e são autorizadas pelos estados, e implementam políticas elaboradas por todos os poderes do governo – incluindo agora, de forma espetacular, pelo Executivo, o presidente. Legalmente, em todos os sentidos, o

⁴⁶ GOTTSCHALK, Marie. **Caught: the prison state and the lockdown of American politics**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016.

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

Estado é responsável por elas e é a entidade que contrata empresas privadas. O foco no poder do Estado e na responsabilidade do Estado é fundamental.

Assim, acredito que a preocupação principal deva ser o papel fundamental que a guerra, a criminalização (da pobreza e da revolta social), o punitivismo e o encarceramento (seja na indústria, no navio negreiro ou no navio de deportação levando os barrados e condenados, ou na reserva indígena) desempenharam historicamente na formação do mundo capitalista moderno e nas ondas recorrentes de acumulação primitiva necessárias para que ele continuasse. A despossessão, a expulsão, o encarceramento e o saque de terras, corpos e conhecimento persistem atualmente nas democracias capitalistas raciais e permanecem exigindo guerra e poder policial militarizado para funcionar. Sem uma compreensão das linhas históricas e dos padrões complexos de uma história global em que a prisão é tanto um meio de expropriação e repressão, bem como um local de conhecimento subjugado, resistência infrapolítica, conspiração política e (quando possível) rebelião organizada, é difícil compreender o que está envolvido na luta contra a polícia armada e os exércitos, o que foi necessário no passado e é necessário novamente agora.

BB/RZ: *Mudando um pouco de assunto para esta última pergunta, na Bienal de Veneza 2019, uma obra do artista suíço-islandês Christoph Büchel, intitulada Barca Nostra (Nosso barco), foi exposta, para grande consternação de alguns. O navio havia sido anteriormente um barco de pesca, em rota da Líbia para a Itália em 2015, no qual aproximadamente 700 a 800 migrantes (muitos deles africanos) morreram quando o barco colidiu com um cargueiro português que tentava resgatar os que estavam a bordo. O artista disse que a intenção era que Barca Nostra fosse um “monumento à migração contemporânea”. Você pode nos falar sobre essa “obra de arte” e o que a controvérsia em torno de sua exposição representa na sua visão?*

AFG: A primeira coisa a notar é que, baseada em sua prática anterior de criar instalações provocativas, penso que é justo dizer que, qualquer que fosse o objetivo de Christoph Büchel, ele também buscou gerar controvérsia e chamar a atenção pública para si, como fez em seu projeto de 2015 em Veneza, no qual transformou uma igreja em uma mesquita, que foi fechada em duas semanas após grande publicidade negativa na mídia. Como sua porta-voz declarou sobre *Barca Nostra*: “Como em todos os seus projetos anteriores, a resposta pública – incluindo artigos de imprensa, ensaios críticos e postagens em redes sociais – é parte integrante do conceito geral.”⁴⁷

Büchel gastou dois anos e 33 milhões de euros, com a ajuda de Sebastiano Tusa, conselheiro de patrimônio cultural da Sicília, para lidar com a burocracia necessária para adquirir o barco, recuperá-lo (o que custou 9,5 desses 33 milhões), transportá-lo e exibi-lo na exposição de arte mais conhecida e rica do mundo. Inicialmente, ele afirmou que o processo, e não o barco, era a obra de arte, o que era verdade no sentido literal do trabalho envolvido. Contudo, quando a controvérsia se intensificou, ele se defendeu alegando, como você citou acima, que se tratava de um “monumento à migração contemporânea [...] representando as polícias e políticas coletivas que produzem tais naufrágios”, o que, ao mesmo tempo, servia como prova parcial da caracterização da obra, feita por Matteo Salvini do partido *League*, como “propaganda política”⁴⁸

O casco enferrujado do antigo barco de pesca tunisiano, transportando dez vezes mais pessoas do que fora projetado para comportar, e no qual a maioria delas morreram tentando chegar a

⁴⁷ RUIZ, Cristina. Fierce debate over Christoph Büchel’s Venice Biennale display of boat that sank with hundreds locked in hull. **The Art Newspaper**, 14 maio 2019, disponível em: <<https://www.theartnewspaper.com/2019/05/14/fierce-debate-over-christoph-buchels-venice-biennale-display-of-boat-that-sank-with-hundreds-locked-in-hull>>. Acesso em: 11 maio 2026.

⁴⁸ *Ibid.*

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

Lampedusa e depois a outros pontos da Europa, foi exposto no Arsenale, os antigos estaleiros venezianos, próximo a um café, onde as pessoas passavam constantemente por ele, sem qualquer placa próxima ao barco que explicasse do que se tratava. As informações adicionais estavam no caro catálogo que a maioria das pessoas não compram.

A combinação do contexto artístico da Bienal de Veneza, cujo tema – *Que você viva em tempos interessantes* – nada fez para questionar sua localização, a falta de contextualização acessível ou de programação pública relacionada, o custo exorbitante, o alto nível de atenção midiática para além da imprensa de arte (que a obra, o artista e os curadores pareciam cultivar) e a aparente ausência de qualquer atenção à história mais longa ou às instituições responsáveis pelas mortes de pessoas que se deslocam sem autorização da África para a Europa. Sem mencionar que o ato impróprio (ou “de mau gosto”, para citar a BBC) de expor uma vala comum levou a consideráveis críticas à obra, em diferentes graus de intensidade de indignação.

Algumas das críticas específicas à obra foram bastante precisas, mas, no geral, o debate midiático, no qual a controvérsia foi produzida e sustentada, permaneceu restrito à questão do que o artista e a obra podem ou não fazer dentro de um mundo da arte altamente mercantilizado e apropriativo, que pode e de fato absorve e reembala muitas ideias e impulsos críticos. Poder-se-ia argumentar que a obra de arte de vanguarda, situada dentro de um projeto político e comunitário mais amplo, foi substituída pela obra de arte política ou radical, cuja política e radicalidade são medidas pelos padrões do próprio mundo da arte e inteiramente situadas dentro dele.

E não espero que a mídia, muito menos a mídia de arte, ofereça uma análise satisfatória do regime europeu de fronteiras, mas espero duas coisas que ela não fez. A primeira era seguir o dinheiro. É praticamente impossível encontrar informações confiáveis e detalhadas sobre a origem exata desses 33 milhões e como foram gastos. E, embora tenha havido algumas boas análises de custo de oportunidade na blogosfera – por exemplo, mostrando que o orçamento gasto na obra

poderia financiar duas clínicas de saúde com medicamentos gratuitos por cerca de dez anos⁴⁹ – houve pouca análise ou responsabilização das instituições de arte, curadores, doadores privados, financiadores corporativos e governos que possibilitaram a obra. Obviamente, sem essa infraestrutura financeira, que permaneceu em grande parte anônima, Büchel não poderia ter realizado a obra. É, em parte, isso que quero dizer ao chamá-la de uma obra de propaganda política: ela oculta bem quem puxa as cordas.

O segundo elemento ausente na controvérsia midiática foi uma abordagem dos muitos outros artistas que trabalham criticamente sobre o regime europeu de fronteiras (ao menos uma deles, Natascha Sadr Haghghian, estava em Veneza expondo, de modo completamente diferente, no Pavilhão Alemão), ou que se dedicam, de forma ainda mais específica, às mortes de migrantes no mar, cujos trabalhos eram mais sensíveis, humanos, comoventes ou politicamente inteligentes.⁵⁰ Por uma questão de espaço, mencionarei apenas um projeto que oferece um forte contraste.

Sink without Trace foi exposta em uma pequena galeria londrina, P21, de junho a julho no verão de 2019. Curada pela acadêmica Federica Mazzara e pela artista Maya Ramsay⁵¹, essa mostra era tudo o que *Barca Nostra* de Büchel não foi. Foi organizada por duas mulheres com recursos modestos, que estavam envolvidas desde pelo menos 2014 em pesquisa, arte e ativismo político em torno das mortes de migrantes ao

⁴⁹ STOCK, Alexandra. The privileged, violent stunt that is the Venice Biennale boat project. **Mada**, 29 maio 2019, disponível em: <<https://www.madamasr.com/en/2019/05/29/feature/culture/the-privileged-violent-stunt-that-is-the-venice-biennale-boat-project/>>. Acesso em: 11 maio 2026.

⁵⁰ “Journal”, Biennale Arte 2019, disponível em: <<https://2019.deutscher-pavillon.org/projects.html>>. Acesso em: 11 maio 2026.

⁵¹ **Sink without trace** [Naufragado sem vestígios], catálogo de exibição, disponível em: <<https://mediterranean-blues.blog/wp-content/uploads/2019/08/sink-without-trace-catalogue.pdf>>. Acesso em 11 maio 2026.

Entrevista com Avery F. Gordon – Feminismo da abolição

mar. Foi enquadrada não pelo tempo imediato da mídia e slogans patrocinados pelo Estado, mas por esta declaração de abertura: “As mortes de migrantes não são um fenômeno novo, como a mídia e o governo podem nos fazer acreditar. Elas não começaram em 2015 com a morte de Alan Kurdi ou a chamada *crise migratória*.” E foi dedicada “a todos aqueles que pereceram tentando chegar à Europa por mar, a todos aqueles que perecerão no futuro e a todos aqueles que conseguiram completar a jornada”. A exposição não se concentrou na obra de um artista famoso, mas incluiu dezoito artistas de dez países, vários dos quais chegaram à Europa como refugiados. Objetos encontrados de embarcações naufragadas (como *Countless* [2016–19], de Ramsay) foram expostas na escala do vestígio, e não do monumento, junto com fricções em grafite feitas por Ramsay a partir de túmulos de migrantes não identificados e fragmentos de mantas térmicas de sobrevivência laminados em folha de ouro por Victoria Burgher, em um contexto que também incluía desenhos anônimos feitos em barcos de migrantes e esculturas produzidas por jovens que viajavam sozinhos e viviam nos campos de Calais. Lado a lado estavam a análise científica detalhada da Forensic Oceanography sobre um caso de 2011 (*Liquid Traces – The Left-to-Die Boat Case*⁵² [2014]) e um filme elegíaco de dez minutos, *Asmat: Names in Memory of All Victims of the Sea*⁵³ (2014), feito por Dagmawi Yimer, que também realizou uma travessia marítima ilegal, no qual os nomes dos 368 eritreus que morreram na costa de Lampedusa em 3 de outubro de 2013 são lidos lentamente em tigrínia. As fotografias de Max Hirzel do exame forense dos 450 corpos recuperados da embarcação exposta por Büchel são situadas no contexto de um projeto, iniciado em 2011, para localizar os locais onde migrantes foram enterrados e marcá-los, notificando familiares quando possível. As belas serigrafias do artista curdo Mariwan Jalal traçam sua

⁵² NT: Em tradução livre, Traços líquidos: o caso do barco deixado para morrer.

⁵³ NT: Em tradução livre, Asmat: nomes em memória de todas as vítimas do mar.

jornada marítima até o Reino Unido. E mais. Há legendas de parede inteligentes e informativas, bem como um pequeno livro acessível (cinco libras) com as obras, biografias dos artistas e ensaios precisos e reflexivos das curadoras e do estudioso pós-colonial Iain Chambers. As vendas do livro são usadas para arrecadar fundos para a Alarm Phone, uma linha telefônica de emergência para refugiados no Mar Mediterrâneo criada por ativistas. A própria exposição era gratuita, ao contrário de Veneza, e as curadoras observam que, “após anos de discussão com galerias públicas, que concordaram com a [...] importância da exposição”, ainda assim foram “incapazes de lhe oferecer espaço”.⁵⁴ Nenhum desses artistas buscou “provocar” por provocar; mas, conjuntamente, a exposição se afirma como um ato coletivo silencioso de sabotagem estética e política.

⁵⁴ Sink without trace, p. 4.